ATA DA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. "*Ata da Sexagésima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Setenta e Oito da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 97/2024; da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 206/2024; do Poder Executivo; Ofício nº 288/2024; do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 0183, 1.066 e 1.067/2024; do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 11.020, 11.025 e 11.053/2024; da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 2.704 e 2.739/2024; da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Cartas nºs 5 e 6/2024; da CCR MSVia.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Gerson Claro, Pedrossian Neto, Zé Teixeira e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Neno Razuk e Zé Teixeira.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Usou da palavra o deputado Zé Teixeira.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 15/2024, de autoria da deputada Gleice Jane. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 147/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 106/2024, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Senhor Abravanel (Sílvio Santos); requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Aníbal Ferreira Gonçalves; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Antonio Vaz, Gerson Claro, Pedrossian Neto, Lucas de Lima e Zeca do PT.* ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *– Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro".* Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra o senhor primeiro-secretário para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 21de agosto de 2024: Ofício nº 1.831/2024; do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1502/2024); Cartas nºs 774 a 777, 780, 782 e 788/2024; da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Jamilson Name, Zeca do PT, Antonio Vaz, Paulo Corrêa e Junior Mochi (Prot. nº 2026, 1558, 1845, 1621, 1918/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas às disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor secretário de estado de Saúde, Maurício Simões, e ao gerente municipal de Saúde Pública de Itaporã, solicitando que seja adquirido um veículo para a Unidade Básica de Saúde do distrito de Montese, em Itaporã. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Hítalo Martinez. A necessidade de disponibilização desse veículo é essencial, dado o aumento significativo na demanda por atendimentos de saúde na região. O veículo, crucial para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população local, desempenha papel fundamental no deslocamento dos profissionais de saúde, no transporte de medicamentos e na execução de outras atividades imprescindíveis para o pleno funcionamento da UBS. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Bom dia, nobre deputado Renato Câmara, no exercício da presidência. O Corinthians nos causou muito sofrimento ontem, deputado Paulo Corrêa, mas logramos mais uma vez uma classificação, com quatro vitórias num jogo só: perdeu, ganhou, perdeu, ganhou... Quatro vitórias num jogo só. Só sendo corinthiano, né? Zeca. O Botafogo só está rindo... Tenho aqui uma indicação relativa a uma lei que apresentamos ontem. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Paulo Roberto do Santos, diretor-presidente da Energisa, solicitando a manutenção e adequação da rede elétrica da aldeia Córrego do Meio, que está com muito problema, no município de Sidrolândia. É uma solicitação da comunidade indígena de Sidrolândia. A lei que colocamos no sistema ontem acrescenta dispositivos à Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012, que estabelece os valores das taxas da tabela dos serviços do Detran, e que passa a vigorar com o seguinte acréscimo: "Artigo 2º-B - Antes de ser aplicada a penalidade de multa às infrações de natureza leve ou média, devem ser examinadas as informações contidas no prontuário dos condutores e veículos junto do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) para avaliar a aplicação da penalidade da advertência por escrito, caso o infrator não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos 12 (doze) meses. Parágrafo único. É nula a penalidade de multa aplicada quando o infrator se enquadrar nos requisitos estabelecidos no artigo 267 do CTB." Trago aqui a justificativa contida na Lei Federal nº 14.071/2020, que é o Código de Trânsito. Ocorre que o artigo 267 do Código de Trânsito, no nosso entendimento, tem aplicação imediata, é autoaplicável; e no entanto a maioria dos Detrans não entende que é prerrogativa do órgão converter a multa ou não.

Para muita gente que tem uma multa média ou leve, eles não fazem a conversão em advertência. O que estabelece a lei? Que o cidadão tem direito; se ele cometeu apenas uma multa durante os últimos doze meses, uma infração média ou leve, o Código de Trânsito estabelece que ela pode ser convertida em advertência. É um benefício para o infrator que somente cometeu um erro durante o ano; e entretanto os Detrans costumam não fazer isso. Ou então fazem mediante requerimento. Nós estamos propondo que essa aplicação seja obrigatória, imediata. No momento em que chega a multa no Detran, o órgão tem de checar se aquele motorista só tem aquela multa nos últimos doze meses, média ou leve, e se sim, ela tem de ser convertida em advertência. Então, é um benefício que está previsto no Código de Trânsito e que os Detrans têm de seguir, pois entendemos que esse artigo é autoaplicável. Eis a justificação da lei, que inclusive foi assinada pelo deputado Paulo Duarte e outros deputados. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, indico à Mesa que seja enviado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando providências no sentido de recuperar-se o asfalto da rua Amazonas no trecho do cruzamento com a rua 25 de Dezembro. Outra indicação, esta endereçada ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agetran, solicitando estudos no sentido de se instalar um redutor de velocidade do tipo faixa elevada, à frente da Escola Estadual Lino Villachá, situada na rua Jerônimo de Albuquerque, n° 1941, bairro Nova Lima. Por último, registro uma moção de pesar ao vereador Airton Araújo, em razão do falecimento do seu irmão, senhor Agnaldo de Araújo, ocorrido no dia 17 de agosto do corrente ano. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores. Apresento três indicações. A primeira é para o senhor Rodrigues Peres Ramos, secretário de estado de Governo e Estratégica, solicitando o apoio do governo do estado para a formalização de convênio com o município de Porto Murtinho, visando a substituir por ponte de concreto a ponte de madeira existente em estrada vicinal na região Nova Oiti (antigo Retirinho). Outra indicação, também ao secretário Rodrigo Peres, solicitando, o apoio do governo do estado, com a formalização de convênio junto ao município de Porto Murtinho, visando a substituir a ponte de madeira conhecida como Ponte do Cabrito, por ponte de concreto, situada em estrada vicinal na região do rio Amonguijá. Outra indicação, solicitando em caráter de urgência a instalação de iluminação pública em frente ao Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto e Aberto, localizado no KM 1 da rodovia Gumercindo Pimenta dos Reis (trecho da MS-379), no município de Dourados. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, presidente Renato Câmara, senhores deputados, deputadas. Senhor presidente, apresento uma indicação ao Procon. E quero

aproveitar para deixar claro que semana passada, quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal julgou uma lei de minha autoria, aprovada nesta Casa em maio de 2022, no outro mandato, a Lei nº 5.885, que determinava às operadoras de telefonia a obrigatoriedade de encaminhar, na fatura mensal, a comprovação da velocidade da internet contratada. Se, por exemplo, o cliente contratou uma internet com velocidade de cem megas, a operadora tem de provar que entrega os cem megas contratados. Só que as empresas de internet entraram na Justiça, via Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações, e essa ação foi parar no STF; e, no dia 15 de agosto próximo passado, o Supremo por 8 a 3 decidiu que a lei aprovada aqui nesta Casa, a Lei nº 5.885, é absolutamente constitucional. Portanto as operadoras de internet de Mato Grosso do Sul passam imediatamente a estar obrigadas a encaminhar nas suas faturas mensais a comprovação da velocidade contratada. Ou seja, vai acabar aquela história de vender gato por lebre. Portanto, em razão deste julgamento do Supremo Tribunal Federal, estou encaminhando uma indicação ao secretário executivo do Procon, senhor Antônio José Ângelo Motti, para que o órgão fiscalize o cumprimento da lei; lei, como disse, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Pois bem, eu trouxe aqui uma fatura, e constata-se que as empresas não estão obedecendo à lei; mandam a conta certinho no dia, e o cliente, o consumidor não têm a mínima ideia se a velocidade contratada efetivamente está sendo entregue: paga por uma coisa e acaba recebendo outra. Esperamos daqui para a frente, por parte do Procon, a fiscalização do cumprimento imediato dessa lei, o que será muito importante para os usuários dos serviços de internet, serviço essencial — já que a agência reguladora é uma peça de ficção: não existe, não fiscaliza absolutamente nada. Esperamos que essa lei, agora com o aval do STF, passe efetivamente a valer em todo o Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste plenário, quem nos assiste pela Rádio e TV Alems. Apresento hoje um projeto de lei que inclui no Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul a campanha "Quebrando o Silêncio", a ser comemorada no quarto sábado do mês de agosto de cada ano. Essa campanha passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do estado; e a lei entra em vigor na data de sua publicação. É de se comemorar esse projeto de lei, num mês tão importante para nós mulheres, de conscientização e combate à violência contra a mulher. Promovida em toda a América do Sul, a campanha "Quebrando o Silêncio" é uma iniciativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia, dedicada à conscientização e prevenção da violência doméstica, do abuso infantil e da violência contra a mulher. Essa campanha tem-se destacado em todo o país por sua abordagem educativa e prática, engajando comunidades locais por meio de palestras, distribuição de materiais informativos e ações de sensibilização, visando a criar uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos. Vale destacar que, por mais que estejamos num mês de reflexão e conscientização, tivemos um dos finais de semana mais violentos com relação a casos de estupro. Houve um estupro coletivo na reserva indígena de Dourados, também casos de feminicídio em Mato Grosso do Sul, além de outras ocorrências de violência contra a mulher — num mês em que deveríamos passar sem esse tipo de registro. Então é um projeto de grande importância grande para que possamos dar um basta nessa violência. Também apresento, presidente, uma indicação. A indicação é direcionada ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando o aumento de ronda policial na região próxima à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados. Pede-se

que haja um reforço do policiamento (estamos também solicitando reforço na iluminação) na região principalmente à noite; por ali passam militares que vão até o quartel, estudantes que se dirigem ao *campus* da Universidade, ciclistas, etc. Semana passada, infelizmente, foi ali uma ciclista abordada e, por pouco, não foi violentada. Um homem — um *homem*, não, um monstro — a cercou e tentou violentá-la... Enfim, várias ocorrências têm sido registradas nesse trecho, e precisamos com urgência proteger nossas universitárias, nossas ciclistas e também os militares que fazem esse movimentado trajeto, naquela região, naquela avenida. Estamos, portanto, solicitando reforço no policiamento e também um reforço na iluminação. Apresento outra indicação, também direcionada ao governador do estado e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de efetivo da Polícia Militar para as cidades do interior, inclusive Dourados (a segunda maior do estado), Três Lagoas, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina, Coxim e Jardim. Considerando a recente aprovação para o preenchimento de 540 vagas no concurso público para formação de policiais militares do estado, temos aí uma ótima oportunidade para que o efetivo da corporação seja melhor distribuído. De ordinário boa parte dos aprovados assim que concluem sua formação, Coronel David, fixa-se na capital do estado, e estamos vendo um déficit muito grande no interior. Portanto estamos entrando hoje com essa indicação para que esse efetivo seja melhor distribuído, com mais designações para as cidades do interior. Várias cidades fizeram essa solicitação, como essas que apontei, em especial Dourados, que sofre com a falta de efetivo. De forma que, além da capital, entendo que precisamos também contemplar o interior, distribuir melhor esse efetivo, o governo precisa ter essa sensibilidade com a segurança pública do interior do estado, para que possamos combater o crime. E combate ao crime se faz com prevenção. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara, nobres pares, quem nos honra com a sua presença neste plenário e quem nos assiste pela TV Assembleia. Senhor presidente, faço uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, senhor Marcelo Ferreira Miranda, solicitando estudos de viabilidade para a construção de uma barracão medindo 10 por 12 metros, ao lado da escola indígena da região de Sertãozinho, no município de Amambai. A presente indicação é motivada por requerimento da Câmara Municipal de Amambai, a partir de proposição do vereador Anilson Prego, com a devida justificativa anexa. Era o que tínhamos, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Coronel David... Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, quem nos acompanha pela rádio e TV Alems e pelas redes sociais. Um bom-dia especial aos presentes aqui na plateia. Cumprimento os policiais rodoviários federais aqui presentes, acompanhando nossa sessão — é um prazer recebê-los. Senhor presidente, trago uma indicação. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de

Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a reforma urgente da ponte de madeira localizada na MS-338, nas proximidades da Escola da Mateira, no município de Santa Rita do Pardo. A referida ponte encontra-se, com efeito, em estado crítico, e sua reforma é essencial para a prevenção de acidentes e para garantir a segurança dos usuários. Recebi alguns vídeos, lá está havendo bastante transporte de eucalipto com destino às gigantes da celulose, é uma área também de transporte escolar, e está havendo muita dificuldade com as precárias condições da ponte, que precisa de uma reforma urgente. Parece que já foi feito um levantamento das condições no local, mas nada ainda aconteceu, daí o urgente encaminhamento deste expediente ao nosso secretário, para que se tomem as providências para restabelecer uma boa condição de tráfego na MS-338, ali no município de Santa Rita do Pardo... Pela ordem, presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Ontem tivemos uma reunião, Coronel David, com o governador e com os integrantes dos sindicatos da Polícia Civil — com exceção do da Adepol, estavam o Sindicato dos Peritos Oficiais Forenses (Sinpof), o Sindicato dos Peritos Papiloscopistas (Sinpap), o Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) —, para tratar de demandas salariais, de alguns compromissos que estavam em andamento, inclusive sobre uma lei que estava sendo debatida (tivemos várias reuniões com o Sinpol, principalmente, e com a SAD). E ontem o governador confirmou que vai encaminhar a esta Casa, quem sabe até junto com o projeto relativo à Polícia Militar, o projeto de uma lei que vai incorporar os quatrocentos reais do etapa-alimentação, que é um valor que recebem os policiais civis (peritos oficiais, papiloscopistas, investigadores e escrivães). Isso será incorporado ao salário e, com o efeito cascata, vai promover um certo reajuste; é importante também porque deixa de ser uma verba de alimentação para se incorporar ao salário, o que vai influenciar nos futuros reajustes e também fazer parte do soldo dos policiais. Há outros pedidos da categoria, que está se reunindo, há outros avanços que estão solicitando. Os papiloscopistas demandam, por exemplo, a questão da oficialidade; o Sinpol pede um reajuste para que que o salário do policial civil chegue a ser o sexto maior salário da federação, da categoria; e esses pleitos vão continuar sendo discutidos, o governador disse que é objetivo do governo, mas que é um processo que tem de ser tocado com responsabilidade, e que a princípio o que pode ser encaminhado é a incorporação desses quatrocentos reais. Então esse foi o resultado da reunião, o Sinpol está se reunindo com os demais membros, fazendo uma reunião de diretoria... De qualquer forma é um avanço em favor dos policiais civis, e eu quero agradecer ao governador pela audiência, por nos ter recebido, por haver atendido a categoria. É como sempre disse o governador (e a secretaria tem essa orientação): sempre que possível (ano passado e este foi) aplica-se o reajuste geral anual, e mantém constantemente um diálogo aberto em busca de melhorias. Está havendo conversas com todas as categorias, que são em número de quarenta e sete — ontem foi a vez da Polícia Civil, a qual nós procuramos representar aqui, delegados, investigadores, escrivães, etc. Era isso, senhor presidente, quero mais uma vez agradecer ao governador por nos haver atendido, e vamos continuar fazendo essa interlocução, dando esse apoio, por entender a importância da segurança pública como um todo, Coronel David; as forças de segurança fazem um trabalho importantíssimo, são relevantes os números do nosso estado, tanto da polícia preventiva como da repressiva, nossas forças de segurança são motivo de orgulho no esclarecimento de homicídios, e de outros crimes. Então, uma polícia valorizada, mais a melhoria de infraestrutura que vem sendo feita (em viaturas, armamentos, melhorias em delegacias), nos autoriza a afirmar que estamos cada

vez mais entregando à população uma segurança pública de qualidade. Era isso que queria colocar para os colegas. Grande abraço.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, deputada Lia, quem se faz presente nesta sessão. Cumprimento os policiais presentes da Polícia Rodoviária Federal, sejam muito-bem vindos a esta Casa. Tenho um requerimento e uma moção. O requerimento é para que seja feita a reserva do Plenário Júlio Maia para o dia 30 de agosto próximo, às nove horas, para o lançamento da Semana do Pescado (a propósito, faz-se presente hoje aqui o superintendente da Pesca, senhor Marcelo Heitor). Para a realização desse evento, requerem-se os serviços de som, cobertura da TV Assembleia, segurança, cerimonial, serviços gerais, copa, serviços de multimídia, informática e convites. Registro uma moção de pesar endereçada aos familiares de Antônio Perin, por seu falecimento ocorrido dia 18 de agosto do corrente, rogando a Deus que lhe dê na eternidade a paz que em vida mereceu. Após aprovada, a moção de pesar poderá ser redigida da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por meio de propositura formulada pela deputada Mara Caseiro, externa suas condolências e se une aos sentimentos de dor e tristeza suportados pelos familiares de Antônio Perin, que faleceu no dia 18 de agosto de 2024 na cidade de Eldorado. Antônio Perin era um servidor público do município, servidor de excelência, focado, responsável e competente, desde 1977. Chegou ao município em 1974, local onde passou a viver, trabalhou e teve filhos. Adorado por seus quatro filhos e cinco netos, e amigos, marido e pai amoroso, íntegro e trabalhador, o seu passamento deixa consternada toda a comunidade." Senhor presidente, eu trabalhei com Antônio Perin, testemunhei sua trajetória como servidor público exemplar. Quando fui prefeita, ele trabalhava no setor da tributação, pessoa de extrema responsabilidade, primando sempre pelo bom atendimento da população, sempre muito solícito. Então fica aqui a minha moção de pesar, os meus sentimentos aos familiares desse grande amigo, desse servidor exemplar do município de Eldorado. É o que tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o grande deputado Zeca do PT.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só queria complementar a fala com relação ao projeto da Polícia Civil que vai chegar a esta Casa. Queria lembrar que a etapa-alimentação, esse recurso que os policiais recebem, os aposentados não recebem: só os policiais da ativa. Mas agora, com a incorporação, os policiais civis aposentados vão também receber esses quatrocentos reais. Ou seja, é um recurso novo que vai passar a integrar o salário dos policiais civis aposentados, fazendo-se assim justiça a esses policiais que consagraram um vida de trabalho em prol da segurança pública, muitas vezes com risco da própria vida. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pedi pela ordem por duas razões que reputo importantes. Primeiro para dizer a Vossa Excelência, para registrar nos anais da Casa, que durante os oito anos do governo do PT, meu querido Marcio Fernandes, este estado bombou, fez-se uma reviravolta, uma revolução, como fala o meu amigo Zé Teixeira. Em oito anos nós mudamos a infraestrutura, mudamos o tratamento dispensado aos servidores públicos, transformamos a educação, a saúde, a segurança, investimos no meio ambiente, criamos o Fundersul, investimos no esporte, no lazer... Mas particularmente, deputados, deputadas, investimos na cultura, meu querido Coronel David. E falo da cultura, presidente, porque hoje à noite teremos a abertura do Festival de Inverno de Bonito; festival criado no nosso governo, em 2000, que nos primeiros quatro anos levou para lá um público de aproximadamente 150 mil pessoas. Portanto, ao longo desse tempo veio se consolidando o Festival de Inverno de Bonito. E a edição deste ano começa hoje, com a presença de Alexandre Pires; amanhã é o Zé Ramalho; depois outros artistas de renome — totalizando aproximadamente 150 atividades ao longo de sete dias, e espera-se levar para lá, durante esses sete dias, aproximadamente 120 mil pessoas. E aqui assinalo que me honra o convite que me fez o presidente Gerson Claro para representar a Assembleia Legislativa na abertura do festival. Então eu gostaria de aproveitar este momento para convidar os deputados e deputadas para prestigiar um festival que é muito importante para cultura deste estado. Em segundo lugar, presidente, quero anunciar a presença aqui de uma representação da Polícia Rodoviária Federal. Daqui a pouco o superintendente da PRF do estado, João Paulo Pinheiro Bueno, fará aqui na tribuna desta Casa um pronunciamento acerca das preocupações que tem a Polícia Rodoviária do nosso estado com a inauguração da Rota Bioceânica — e já convido os colegas para ouvi-lo. Claro está que a Rota Bioceânica vai trazer muitos investimentos para cá, vai colocar Mato Grosso do Sul no centro do desenvolvimento da América do Sul. Agora, é natural que, de carona com o desenvolvimento, venham também problemas de ordem social. E é exatamente essa preocupação que move a PRF nas suas atividades. Portanto teremos aqui a palestra do Bueno, para nos alertar sobre os prováveis efeitos colaterais da Rota Bioceânica. Agora apresento uma indicação, senhor presidente, endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Hélio Peluffo, de Infraestrutura e Logística, ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando com urgência a realização dos serviços de patrolamento, encascalhamento e limpeza das margens da MS-339, no trecho compreendido entre a entrada da Fazenda Pedra Branca e a aldeia Alves de Barros, de aproximadamente 20 quilômetros, no município de Porto Murtinho. A presente indicação reflete pedido enviado a este gabinete pelos representantes da Cooperativa dos Pecuaristas e Agricultores Indígenas Kadiwéu, em razão do estado precário em que se encontra a pista, dificultando o escoamento da produção local. É isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero aqui registrar a presença do superintendente da Polícia Rodoviária Federal, João Paulo Pinheiro, e também do senhor Edmilson Belisário da Silva, conhecido em Dois Irmãos do Buriti como "Fordão", vereador de Dois Irmãos do Buriti, grande amigo. Registro também a presença da vereadora Rosângela Marçal Paz, de Costa Rica; também da senhora Joceana Rosa da Costa e dos senhores Jefferson Lopes e José Carlos Hernandes, os três vereadores de Inocência; e do senhor Edson Stefano, prefeito do município de Anaurilândia, nosso amigo "Edinho".

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, não deu tempo de fazer a inscrição, então peço permissão para fazer a leitura do meu "pequeno expediente" para a apreciação da Casa.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Permissão concedida, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Antes, porém, senhor presidente, eu quero também registrar a presença aqui do Adão Nilo Rolim, ex-prefeito de São Gabriel do Oeste, que prestigia a nossa sessão. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, e ao prefeito de Jaraguari, senhor Edson Rodrigues Nogueira, por cópias autônomas, solicitando intervenção urgente para a construção de uma via vicinal que permita a entrada e saída segura do condomínio Nasa Park, naquele município, em vista do rompimento da barragem do dito condomínio ocorrido ontem, que destruiu a via de acesso, deixando residentes ilhados. O condomínio fica a cerca de 30 quilômetros de Campo Grande e 30 de Jaraguari. Entre os afetados, destacam-se profissionais da área médica, que são fundamentais para o atendimento em hospitais da capital, Jaraguari e regiões vizinhas. Outra indicação, esta a ser encaminhada ao senhor Lupérsio Degerone Lucio, delegado-geral de Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, e ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Justiça e Segurança Pública, solicitando a aquisição de uniformes para todos os policiais civis e peritos lotados na cidade de Coxim. A proposição encontra justificativa em pedido da vereadora Adriana Nabhan, através de indicação lida e aprovada naquela Câmara Municipal e firmada pelo presidente da casa, vereador Ademir Peteca. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 02549/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 02580/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 02571/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 02576/2024, 02577/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02578/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: seis indicações (Prot. nºs 02561/2024, 02562/2024, 02563/2024, 02564/2024, 02574/2024, 02575/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 02565/2024, 02566/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 02569/2024, 02568/2024, 02567/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida... Eu gostaria de usar esses trinta minutos do Grande Expediente, e passo a presidência então ao deputado Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, no Grande Expediente, deputado Renato Câmara. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador — Eu trago hoje um assunto muito importante, principalmente para os produtores rurais da fronteira (que abrange em torno de 45 municípios); são cerca de 32 mil propriedades cujos títulos poderão ser cancelados e passar para as mãos da União. É um assunto muito delicado, muito sério, muito importante. Toda propriedade que não fizer sua ratificação nos cartórios poderá perder a sua titularidade. Isso, caros colegas, em decorrência da Lei nº 13.178/2015, posteriormente alterada, quando então se deu o prazo de dez anos para essa ratificação, prazo este que vence agora em 22 de outubro do ano que vem, 2025. Todo produtor rural proprietário de uma área acima de 15 módulos fiscais deve ir até o cartório e fazer sua ratificação. Para tanto ele precisa, de acordo com o Provimento nº 309, de 15 de julho de 2024, do Tribunal de Justiça do Estado, levar um rol de vários documentos importantes, como de georreferenciamento, etc. E aqueles que porventura não tiverem esses documentos (documentos que foram concedidos pelo Estado)?... Pois quem não conseguir fazer essa ratificação, deputado Zé Teixeira, terá sua propriedade passada para o patrimônio da União. Vejam que estamos diante de um enorme problema, que está a pedir urgente mobilização na esfera federal, afinal estamos falando de uma faixa de 150 quilômetros de largura, contados a partir da divisa com os nossos vizinhos, envolvendo, como disse, 45 municípios e 32 mil propriedades. É um ponto que precisa ser discutido, porque muito temos ouvido falar sobre a prateleira de propriedades... O deputado Zeca do PT até assinalou aqui que o governo federal está trabalhando para ter áreas disponíveis, áreas com problemas judiciais, etc. E fica uma dúvida, deputado Zeca: caso o produtor não consiga fazer essa ratificação, será que sua propriedade não vai também para essa prateleira de terras da União? Se sim, quer me parecer que estaremos criando um outro problema.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Permito... só queria concluir. Como ia dizendo, deputado Zeca, são duas preocupações importantes. Uma é com quem não conseguir reunir essa lista de documentos para fazer a ratificação, dessa propriedade acima de 15 módulos. A outra, maior ainda, é que, se acima de 2.500 hectares, essa propriedade, mesmo tendo sido ratificada em cartório, precisa também ser ratificada no Congresso Nacional. O ponto positivo é que quem conseguir ratificar terá um documento a mais, uma segurança jurídica a mais para o produtor rural. Seja como for, existe ainda um grande ponto de interrogação sobre todas essas informações... Concedo um aparte ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, eu tenho um advogado, doutor Cícero Costa, uma das pessoas que mais entendem de questão fundiária no Brasil. A única ação vitoriosa no Supremo Tribunal Federal envolvendo questões indígenas foi tocada pelo doutor Cícero, até já transitou em julgado... apesar de que, um ministro pediu vista e agora está querendo ouvir os índios para ver se por acaso eles não tiveram prejuízo, porque a Funai não os representa, tampouco o procurador-geral da República: tem de ser o índio. A faixa de fronteira originalmente era de 66 quilômetros, depois isso mudou com a revolução de 1964, passando para cem quilômetros, e, depois do período militar, foi para 150, indo até Ivinhema...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Até Deodápolis, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Quem tem os títulos emitidos pelo Estado fora da faixa dos 66 quilômetros não tem que ratificar! Quem recebeu o título antes de 1964, dentro dos 66 quilômetros, tem que ratificar, porque era uma faixa de fronteira da União. Depois, na gestão de outros presidentes, a União entendeu que isso não era assunto dela nem do produtor rural, do proprietário, mas sim do Estado. Porque na época em que começaram a chegar aqui os mineiros, os gaúchos, levavam dois anos em carro de boi para chegar em Ponta Porã, eles foram titulados pelo Estado. Então, se o Estado os titulou dentro da faixa de fronteira, quem tem de ratificar a venda é o próprio Estado! Isso aí é uma questão jurídica delicada, isso aí não é de agora. Vossa Excelência está falando que essa lei é de 2015, mas desde 1970 viemos fazendo essa ratificação, era-se obrigado a fazer, isso tinha de passar pelo Incra... Porque não há produtor rural que não tenha o CAR, pois se não tiver o CAR, ele não financia. Ele tem o CAR, tem o georreferenciamento, tem a matrícula, tem tudo — é só ele pegar esses documentos ir lá no cartório e averbar. Isto é assim, segundo o advogado que mencionei, estou falando porque estudei o assunto; liguei para a Famasul, a Famasul fez uma grande reunião aqui em Campo Grande com o corregedor do Tribunal de Justiça e com o chefe dos Cartórios de Notas, presidentes ou notários, não sei bem como seria essa terminologia... para que se faça a averbação da escritura que o proprietário tem vigente. É isto que eu tenho para informar. Então, repito, se o título é de 1943, 1944, 1945, anterior portanto a 1964, e área está fora da faixa de fronteira de 66 quilômetros, então o proprietário não é obrigado a fazer a ratificação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Deputado, existe até um mapa que está disponível no site da Famasul mostrando a situação... A lei foi alterada para exigir um rol de documentos novos, como o de georreferenciamento, que não existia à época, e vários outros documentos que precisam ser anexados para se fazer a ratificação. O grande problema, deputado Zé Teixeira, é que o prazo vence daqui a um ano, e o produtor rural não está atento a essa legislação federal, de modo que precisamos fazer uma grande campanha no estado; precisamos buscar, através dos nossos representantes federais, condições de entender com mais clareza esse problema sério, urgente, e que causa muita preocupação. Quer dizer, nossos produtores, além de terem de se haver com tantas questões climáticas, financeiras, têm agora de se preocupar também com uma nova exigência legal, dessa ratificação, correndo o risco de perder sua propriedade rural e vê-la sendo incorporada ao patrimônio da União, que depois poderá usar essa área na tão divulgada prateleira de terras, destinando-a como bem lhe aprouver em programas federais. E isso nos preocupa.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Só uma contribuição pequena...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pois não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O Paraná fez uma cartilha disciplinando tudo que o produtor rural precisa fazer para atender a isso que Vossa Excelência está colocando. A Famasul aqui também (reuniu-se o Beretta com o corregedor) elaborou uma cartilha e fez algumas adequações na cartilha do Paraná, para os sindicatos rurais de cada município distribuí-la para os proprietários, para os auxiliar em como proceder para fazer a ratificação. Mas concordo com a preocupação de Vossa Excelência, que acima de dois mil hectares o Congresso precisa ratificar... Se isto prevalecer, então é que não mais estaremos no Brasil, porque isso não está na Constituição federal. O Congresso Nacional vai ratificar uma propriedade de 20 mil hectares na fronteira? São quantas fazendas aí?... Isso aí, pelo que Vossa Excelência está falando, não me parece que tenha

outro nome a não ser confisco. Porque há a lei do estrangeiro, que diz que não se pode comprar uma tal quantidade maior na fronteira; ou seja, já há tanta lei para dar uma cobertura na fronteira, e agora mais essa?!... O cara pode ter cinco, dez mil hectares de terra, se tiver o documento, se a terra está como exige a lei, com produtividade, com o registro dos empregados, sem nenhum trabalhador em situação análoga à escravidão. Quer dizer, é um monte de requisitos que a lei já exige, que se não atendidos aquela terra fica passível de ser desapropriada para a reforma agrária. O que diz Vossa Excelência é de fato preocupante, mas os sindicatos rurais, as federações, a Famasul, a Federação Nacional dos Produtores Rurais estão atentos, e os municípios da fronteira estão fazendo as cartinhas, instruindo o produtor sobre que precisa para fazer a ratificação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Deputado, é mais do que preocupante, é um alerta gravíssimo, porque o produtor rural não tem esse conhecimento, não sabe dessa lei que está em vigor, está valendo. E se não for derrubada essa lei, findo o prazo o que vai acontecer vai ser o que eu disse. E o grande problema é que para muitos produtores estão faltando documentos, como por exemplo o do georreferenciamento, que muitos deles na área de fronteira não têm, e sem ele o proprietário não consegue ratificar no cartório. Em não conseguindo ratificar no cartório, uma vez findo o prazo, que termina em 22 de outubro de 2025, essa propriedade é transferida para o patrimônio da União. Vejam a gravidade do problema, que merece uma atenção desta Casa Legislativa. E como presidente da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária, é meu dever dizer que estamos muito preocupados, que estamos empenhados em levar essas informações a esses produtores, em criar um movimento no estado, para que possamos, de forma ordeira, tranquila, resolver esse problema que é muito sério. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro e agradeço a presença do senhor José Carlos da Conceição, o Carlinho do Lajeado, vereador da terra dos sessenta dias apaixonado, Aparecida do Taboado; do senhor Jackson Machado, vereador de Aral Moreira; do senhor Wilson Gonzales, também vereador de Aral Moreira. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois deputados. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queria lembrar aos senhores deputados que hoje, antes das Explicações Pessoais, será suspensa a sessão para manifestação externa (aprovada pela Casa), do senhor João Paulo Pinheiro, superintendente da Polícia Rodoviária Federal.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Queria lembrar a todos os colegas, e de modo especial aos deputados que compõem a Comissão de Educação, que acontece hoje, às 14 horas, a sessão solene do Crie/MS (Conselho de Reitores e de Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul), hoje que é o Dia da Educação de Ensino Superior. Portanto, quero parabenizar a todos que integram as instituições de ensino superior do estado. Além da lei que criou o Dia da Educação do Ensino Superior [Lei estadual nº 5.040/2017], tivemos a Resolução

19/2018, que criou a Medalha Darcy Ribeiro e a Comenda Pedro Pedrossian, sendo que ambas serão entregues agora à tarde, a partir das 14 horas, por escolha das próprias instituições de ensino superior. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais uma vez lembro aos senhores que daqui a pouco, depois da Ordem do Dia, temos a manifestação do superintendente, que falará especialmente da questão da Rota Bioceânica, das rodovias federais aqui do estado. Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Resolução nº 014/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 014/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Gostaria de reforçar o aviso dado há pouco por Vossa Excelência, convidando os colegas a que permanecessem aqui, deputado Pedro Kemp, para ouvir a palestra, as preocupações do superintendente da Polícia Rodoviária Federal acerca da Rota Bioceânica, questão de enorme impacto econômico para o estado, positivos, mas também com riscos de impactos não tão positivos sociais, ambientais, de exploração de mulheres, crianças, etc. Então, é um assunto deveras preocupante e do qual esta Casa deve tratar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Luiz Calvo Ramires. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 04/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 25/2024. "Acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 188, de 3 de abril de 2014, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CBMMS)."A Comissão de Serviços Públicos, Obras, Transportes, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator também o deputado Coronel David, que está trabalhando muito. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 04/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Abstenção.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e uma abstenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 038/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o 'Dia Estadual do Perito Papiloscopista' a ser comemorado, anualmente, todo dia 05 de fevereiro." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Mara Caseiro, autora.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Queria apenas assinalar a importância de valorizarmos os papiloscopias peritos do estado, que com certeza muito contribuem para a elucidação de vários crimes, identificando seus autores. E para tanto, para homenagear esses profissionais do estado de Mato Grosso do Sul, estamos então criando o Dia Estadual do Perito Papiloscopista, a ser comemorado todo dia 5 de fevereiro. Parabéns a todos os peritos, que têm feito a diferença, elucidando, como disse, vários crimes, identificando seus autores e ajudando inclusive a condenar esses criminosos no estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero me somar à deputada Mara Caseiro no seu pronunciamento, autora do projeto, a quem parabenizo; e reforçar a importância do trabalho do perito papiloscopista na elucidação de delitos, a importância dessa carreira dentro da instituição Polícia Civil, de forma que o projeto conta com o meu voto, com o meu apoio. E também quero parabenizar a Danielle [Bueno], presidente do Sinpap, pelo trabalho que vem fazendo à frente do sindicato; muito preparada, habilidosa, vem levando as reivindicações, ontem esteve conosco numa reunião, junto com outras categorias da Polícia Civil, com o Sinpof e com o Sinpol, sempre pontuando muito bem as questões, sempre defendendo a sua categoria, estuda, tem conhecimento, e tem feito de fato um excelente trabalho. A instituição do Dia do Papiloscopista faz justiça à categoria e também ao trabalho que a Dani vem fazendo. Era isso. Parabéns! Meu voto é favorável.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pedi pela ordem não por outra razão senão para agradecer a Vossa Excelência pela indicação do meu nome para, hoje à noite lá na abertura do Festival de Inverno de Bonito, representar esta Casa. Aliás, diga-se de passagem, muito orgulhoso lá estarei porque, depois de 23 edições, Pedro Kemp, do festival, criado em 2000 durante o nosso primeiro ano (ou segundo) de governo, esta é a primeira vez que tenho o meu nome reconhecido: devo receber lá uma homenagem em função da criação do festival, que já levou a Bonito aproximadamente 300 mil pessoas ao longo desses vinte e quatro anos. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Casa reconhece especialmente o governo de Vossa Excelência... Tive a oportunidade de participar inclusive das temporadas populares, é um período de cultura efervescente que vivemos, e Vossa Excelência faz parte disso, e com certeza falará com maestria em nome da Assembleia Legislativa.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Muito obrigado, senhor presidente, pela lembrança, pelo reconhecimento.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, eu, como pós-graduado conhecedor no assunto Zeca do PT, queria parabenizá-lo pela indicação: certamente não haveria melhor nome para representar esta Casa no Festival de Inverno. E gostaria de dizer, para quem não sabe, que à época da criação do festival (eu era o secretário de Fazenda), o Zeca, conversando comigo, dizia: — "Vamos fazer os dois festivais, o de Inverno de Bonito e o da América do Sul." Ao que eu respondi: — "Acho importante, mas estamos mal, quatro meses de salário atrasado..." Aí ele me disse uma coisa muito técnica: — "Se vira." Outra passagem importante foi quando ele conseguiu o apoio do Banco do Brasil; eu estava na sala dele e ele disse o seguinte ao presidente do BB: — Ou o senhor apoia esses dois festivais de Mato Grosso do Sul ou nós vamos tirar todas as contas dos servidores do Banco do Brasil. Ou seja, muito tecnicamente o Zeca é o grande responsável por esse marco. E eu fico feliz que ele esteja lá hoje, porque eu participei dessa história, e o Zeca representa muito bem a arte e a cultura sul-mato-grossense.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Queria agradecer ao deputado Paulo Duarte pela lembrança.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu gostaria de referendar a história do deputado Paulo Duarte, porque participei também desse momento de carinho do Zeca do PT. O

que ele fez, como se diz no linguajar de Porto Murtinho, foi dar um trompaço no cara, senão a coisa não saía.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 038/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, vinte e um votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 01 requerimento, 12 indicações e 02 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Nádia Ibrahim Ali Barbosa. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Neste momento vamos suspender a sessão para a manifestação externa do senhor João Paulo Pinheiro Bueno, que vai nos falar sobre os impactos da Rota Bioceânica, no estado, sob a ótica da PRF (11h03min). Concedo então, em nome da Casa, a palavra ao superintendente, que disporá de quinze minutos. Qualquer indagação poderá ser feita após a sua conclusão.

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Bom dia, presidente, deputados, demais autoridades, bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar os meus colegas que vieram aqui acompanhar a minha fala. Preciso agradecer ao nosso deputado Zeca do PT... Deputado, obrigado pela oportunidade, é com muita honra que venho aqui novamente a esta tribuna falar dessa instituição que eu tanto amo, a qual represento hoje: agradeço muito esta oportunidade, deputado. Senhoras e senhores, faço aqui uma breve fala sobre o entendimento da PRF acerca do desenvolvimento que está chegando ao estado com o advento da Rota Bioceânica. Sabemos que o país cresce, mas sabemos também que o estado de Mato Grosso do Sul cresce em dobro. Vamos fazer então algumas considerações sobre o tema, nossos objetivos e algumas preocupações que temos com a Rota Bioceânica. Aqui temos um mapa da rota [eslaide], que todos os senhores já conhecem, que vai ligar Atlântico e Pacífico... Bem, gostaria de mostrar aos senhores [eslaide]: 1) Estrutura da PRF/MS; 2) PRF na Rota Bioceânica; e (3) Desafios frente ao corredor bioceânico. Esta [eslaide seguinte] é a estrutura do estado com relação às rodovias federais: 11 rodovias federais; 4.078 quilômetros de extensão; fronteira com dois países e cinco estados; efetivo de 637 policiais rodoviários federais; 9 delegacias e 24 unidades operacionais. Contrastando-se o número de policiais com a extensão das rodovias, vê-se que o nosso efetivo é pequeno. A Superintendência, unidade administrativa da Polícia Rodoviária, é

subdividida em unidades administrativas, que são as delegacias, que são nove, situadas nas principais cidades do estado; e 24 UOPs (Unidades Operacionais). As Unidades Operacionais são os nossos postos, são aqueles locais por onde o usuário passa e nos identifica. Como dá para ver no mapa, a PRF está capilarizada, distribuída em todo o Mato Grosso do Sul, ou seja, é uma força de segurança presente nos quatro cantos do estado. A seguir [próximo eslaide] vemos à esquerda, no alto, uma foto da nossa superintendência que fica ali na avenida Fernando Corrêa da Costa (a rua Joel Dibo passa atrás). No centro, no alto, temos o exemplo de uma delegacia, essa aí é de Guia Lopes da Laguna. À direita, é uma Unidade Operacional (os nossos postos). Nas fotos embaixo são algumas das nossas equipes especializadas: equipe de motociclismo, equipe de cães (nosso canil), equipe tática, e o nosso NOA, Núcleo de Operações Aéreas. Hoje temos uma aeronave no estado, nosso hangar fica ali no Santa Maria, disponível para todo tipo de atuação, indo do combate ao crime, trânsito, até ao resgate médico. Neste mapa [eslaide] vemos o ponto onde vai se situar a ponte, onde haverá uma área alfandegária (da qual a PRF também faz parte). Essas fotos [próximo eslaide] mostra-nos a situação atual da obra, são fotos agora de julho; como veem, a obra já está bem adiantada, já estão todas as vigas instaladas; à direita vemos uma representação digital de como é que vai ficar a ponte, na cidade de Porto Murtinho. Na foto abaixo vemos a BR-267 (que liga Jardim a Porto Murtinho), que já está recebendo investimentos do governo federal, a rodovia está sendo revitalizada, já há ali uma obra do Dnit. A PRF não faz somente a parte de trânsito, hoje estamos cada vez mais nos consolidando como uma polícia ostensiva da União; há inclusive uma PEC em andamento, levantada pelo nosso ministro Lewandowski, que vai dar essa atribuição legislativa à Polícia Rodoviária Federal. Hoje, pela Constituição, nosso papel é fazer o patrulhamento das rodovias federais e das áreas de interesse da União. Prosseguindo... Aqui [novo eslaide] vemos algumas ações que empreendemos fora da rodovia, ações que vão além do trânsito. Temos, por exemplo, ações de prevenção e repressão no combate à exploração sexual, inclusive infantil. Como se sabe, as rodovias federais são um ponto sensível quando o assunto é esse tipo de crime — e a Rota Bioceânica também vai trazer um aumento nos números desse tipo de crime. Cito também [próximo eslaide] nossas "ações de educação para o trânsito". A PRF entende que a multa, que a autuação, é o último recurso, deputado; o que mais importa é a educação para o trânsito, cujos resultados, embora não imediatos, vão se fazendo sentir ao longo do tempo, constituindo-se no final das contas numa medida muito mais eficaz. Temos mais fotos [próximo eslaide] ilustrando outras ações da PRF: temos a "PRF amiga do autista"; temos uma ação em apoio às comunidades indígenas; temos também ações em apoio à AACD [Associação de Assistência à Criança Deficiente]... Aqui [eslaide seguinte] são fotos ilustrando ações nossas com relação à segurança viária, com os órgãos parceiros (CCR MSVia, concessionária da BR-163, Batalhão de Trânsito, Detran, Cetran...). Bem, Mato Grosso do Sul é o primeiro estado no país a ter todos os seus municípios fazendo parte do Sistema Nacional de Trânsito; então, todos os nossos municípios, hoje, podem trabalhar no trânsito, somos o primeiro estado a conseguir isso — graças ao trabalho incansável do nosso Conselho Estadual de Trânsito (do qual faço parte como conselheiro), presidido pela Regina [Regina Maria Duarte]. "Integração com outros órgãos e entidades [eslaide]." Aqui são ações que a PRF tem com outros órgãos, vemos uma foto tirada aqui na Assembleia Legislativa, vemos outra com a Polícia Civil, também com a Polícia Militar, com a CCR, com a OAB, Detran... Então, embora órgão do governo federal, a PRF está enraizada aqui, fazemos parte de Mato Grosso do Sul, daí a importância de atuar em conjunto com as demais forças de segurança pública. Sem o apoio da Polícia Militar, da Polícia Civil, com certeza não conseguiríamos entregar os resultados que temos entregado. "Dados de Combate ao Crime e Segurança Viária [eslaide]." Aqui são alguns dados mais técnicos sobre os resultados da PRF, tanto na parte de segurança viária quanto na de

combate ao crime. Isto aqui são apreensões que a PRF realizou de janeiro de 2023 a julho de 2024. Como podemos observar, foram apreendidas 200 toneladas de maconha em 2023 e agora, neste ano, já estamos com 150 apreendidas. Cocaína. Ano passado tivemos um recorde de apreensão, a maior do país: 15 toneladas; este ano já apreendemos 7,6 toneladas. A cocaína, senhoras e senhores, é uma droga mais lesiva, bastante cara. Até uns dez anos atrás esse transporte se limitava a uns cinco, dez quilos; hoje vêm de 500 quilos a uma tonelada. Ano passado, como disse, tivemos a maior apreensão do país, apreendemos quase duas toneladas de cocaína: é muito impactante esse número. Outra coisa de assinalar é a apreensão de armas. E não são armas pequenas, não: são armas de grosso calibre, utilizadas por organizações criminosas. Ano passado foram 66, este ano já foram 62, inclusive ontem fizemos algumas apreensões de mais armas que estavam passando aqui pelo estado. Isto quer dizer, senhores, que, assim como o restante do país enxerga o MS como o novo estado que se destaca em temos de desenvolvimento, as organizações criminosas também enxergam, e a Rota abre novos caminhos, novas oportunidades também para os criminosos. Isto aqui são os números relativos ao trânsito [próximo eslaide]. Como vemos, de janeiro a julho deste ano tivemos mais de mil acidentes. Muito embora o estado não se destaque em termos de acidentes de trânsito, são números preocupantes, afinal até uns dez anos atrás não tínhamos números assim — até o meio deste ano, por incrível que pareça, 98 pessoas perderam a vida em nossas rodovias federais. Noventa e oito! É um número grande, nunca tivemos um número desses aqui; é preocupante a situação, o fluxo de veículos só faz aumentar, e quantidade de óbitos, se não aumentarmos a fiscalização, também pode aumentar. Prosseguindo com mais dados, isto aqui [eslaide] é o peso do MS no cômputo geral do combate ao narcotráfico no país. Do total de apreensões realizadas no país, 34% saem daqui; de cocaína são 38%. Então, é quase a metade do país todo que passa por aqui: é muita droga, é muito tráfico que passa aqui, Mato Grosso do Sul é uma rota para esse tipo de crime. Antes de concluir, quero dizer que tive a oportunidade de estar nesta Casa no debate da reativação da malha ferroviária. No dia não fiz nenhuma ponderação porque vi que a discussão era mais técnica, em todo caso gostaria de ressaltar a importância de atuarmos também nesse sentido. A PRF está aí, possivelmente terá atuações também voltadas para as ferrovias (e hidrovias). A reativação da nossa malha ferroviária com certeza, além de trazer segurança e conforto para o usuário das rodovias federais, será também um resgate histórico para o nosso estado. Com relação aos "Desafios frente ao corredor bioceânico [eslaide]", a PRF entende que precisamos de melhorias na infraestrutura da corporação e, claro, das próprias rodovias federais. Grande parte das nossas rodovias é de pistas simples, sem acostamento. Então, com o fluxo de veículos aumentando, se não houver investimento, com certeza teremos prejuízos, impactos negativos para o desenvolvimento do estado. Com relação a "comunicação e dados"... Os senhores, que conhecem o estado melhor do que eu, sabem como são por aqui os problemas de sinal. Indo daqui para Três Lagoas, por exemplo, é só sair de Campo Grande e já não se tem mais sinal de celular, você só vai reaver o sinal lá em Ribas, depois em Água Clara, e Três Lagoas: entre uma e outra cidade ficamos praticamente incomunicáveis. Daí a importância do investimento em comunicação e transmissão de dados. "Inteligência e capacitação." Hoje na PRF, senhoras e senhores deputados, a fiscalização é muito orientada pela inteligência. Antigamente isso ficava muito a critério do policial; quer dizer, o policial que conhecia dado local fazia suas abordagens de acordo com sua intuição. Hoje, porém, graças ao aumento da tecnologia, ao investimento em câmeras de monitoramento, o policial (a PRF como um todo) consegue entender o fluxo de veículos. Hoje a PRF entende *o que vem*, *o que vai*, *de onde vem*, *por que vem*, *o que carrega*, etc. Conseguimos isso graças ao investimento em tecnologia. A tecnologia veio para ficar, com ela somos capazes de filtrar muita coisa, seja de crime, seja de trânsito. Assim, qualquer comportamento diferente dentro da rodovia pode ser detectado na nossa central, de forma que

quando se faz alguma abordagem, geralmente é porque o policial tem algum motivo: ele foi acionado para abordar. E é muito bom que seja assim, pois nunca teremos um efetivo suficiente para patrulhar quatro mil quilômetros de rodovia, nunca: conseguimos suprir isso com tecnologia. Outro desafio importante que teremos de enfrentar tem a ver com legislação de trânsito. Teremos transitando por aqui veículos do Chile, da Argentina, Paraguai, e isso pode trazer alguns problemas... Vejam, por exemplo, que alguns conjuntos de carretas nossos não podem transitar no Paraguai, por conta da legislação deles lá. Então esse debate precisa acontecer, precisa estar sempre atualizado para que possamos, através dos senhores, fazer as mudanças necessárias na legislação. Enfim, é isso senhoras, senhores.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência termina no prazo exato, vê-se aí uma disciplina militar presente. Mato Grosso do Sul precisa mesmo de instituições fortes e bem aparelhadas. Obrigado pela fala... Vou conceder a palavra agora ao deputado Pedro Kemp; na sequência, está inscrito o deputado Zeca do PT.

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Queria fazer uma pergunta ao superintendente. Mas primeiro queria parabenizá-lo, Bueno, pela exposição e também pelo trabalho que a Polícia Rodoviária Federal realiza nas estradas do estado. A integração dos países a ser proporcionada pela Rota Bioceânica vai trazer inúmeros benefícios para cá, principalmente do ponto de vista da economia do Mato Grosso do Sul, teremos muitos pontos positivos. Por outro lado, com o fluxo de veículos aumentando cada vez mais, teremos também alguns impactos sociais indesejados. Ouvi aqui na sua apresentação, Bueno, que a Polícia Rodoviária Federal já faz um trabalho preventivo, de fiscalização, de combate ao crime, como o da exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de drogas... Mas o que eu queria lhe perguntar é se depois da conclusão da ponte em Porto Murtinho, com o aumento certo do fluxo de veículos, a atual estrutura da PRF será suficiente para dar conta desse trabalho, principalmente combatendo o crime, o tráfico de armas, o tráfico de drogas; e também do ponto de vista do impacto social, na prevenção contra a exploração sexual de adolescentes, de crianças, além de outros crimes, como por exemplo o do tráfico de pessoas. É isto: a atual estrutura da PRF, a quantidade de postos de que dispõe, será isto suficiente ou haverá necessidade de uma ampliação da sua estrutura?

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Deputado, nós vamos precisar, sim, de investimento em infraestrutura. Hoje não são todos os nossos postos que têm cobertura, por exemplo. A cobertura não é só para o conforto do policial, é para o conforto do usuário que será abordado, ali ele encontra um ponto de apoio, onde pode encontrar um sinal de celular (que ele não encontra em muitos trechos da via). Sim, precisamos de investimento em infraestrutura. E o senhor foi muito feliz ao aludir ao trabalho escravo; eu tinha esse ponto na minha apresentação mas acabei passando ao largo. Temos realmente um trabalho em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, já tivemos algumas ações aqui no estado com relação ao tráfico de pessoas, nós sabemos que por aqui passam muitas pessoas nessa situação vindo da Bolívia para São Paulo. Em vindo esses investimentos que mencionei, nós conseguimos fazer... só que precisamos de investimento em tecnologia também: precisamos de mais monitoramento, que é uma maneira de mitigar o problema

da falta de efetivo. Dispondo do monitoramento das rodovias, entendendo o fluxo de veículos, com certeza conseguiremos ser mais efetivos em nossas ações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Comandante Bueno, em primeiro lugar gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, por trazer informações relevantes a esta Casa, que tem de se apropriar mais do que nunca desse debate da Bioceânica. A ponte sobre o rio Paraguai, em Murtinho, começa a entrar em sua fase já final, diria; a ligação Bioceânica, ao longo do território paraguaio, também está em fase de conclusão. Portanto urge que façamos esse debate, e com a maior tranquilidade possível. Em segundo lugar, quero dizer ao senhor que esta Casa tem uma frente parlamentar que tem contribuído com esse debate. Fui homenageado pela Casa, que, ao recriar essa frente parlamentar, me concedeu a oportunidade de ser dela coordenador. E a frente tem contribuído com esse trabalho, particularmente com um problema que houve de ordem tributária, ocasião em que fomos a Brasília negociar com o governo federal para que se pudesse chegar a um entendimento a respeito da questão e retomar a obra do lado brasileiro. Portanto, eu, como coordenador da frente, estou me colocando à disposição da PRF, particularmente de Vossa Senhoria, para podermos articular conversações em Brasília, queremos ajudá-lo, para que possamos pensar na reestruturação, com aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal deste estado, bem como com a aquisição de equipamentos de tecnologia enfim que possam contribuir com a fiscalização. Acho importante também, presidente, se Vossa Excelência me permite, a Assembleia tomar para si esse debate. Nesse sentido, quero dizer que logo no início do mandato apresentei um projeto que cria mecanismos para a implantação ao longo do território de Mato Grosso do Sul da telefonia móvel rural. Esta experiência, muito bem sucedida no Piauí, agora copiada pelo Ceará e por outros estados, particularmente do Nordeste, permite acesso à telefonia em tempo real ao longo das nossas rodovias, coisa que a gente não tem. É um problema que tem preocupado inclusive, presidente, Sua Excelência o governador do estado. Algum tempo atrás, conversando com o governador Riedel, ele me manifestava justamente essa preocupação. E eu lhe disse que ao final do ano tivemos a oportunidade (com dona Gilda, com a família) de sair de Pedro Juan e ir até Encarnacion, atravessamos o Paraguai todinho, e o que se vê ao longo de todo esse caminho, Pedro Kemp, Mara, é um policiamento ostensivo e orientador. Vê-se também ao longo de toda a rodovia, de bela qualidade por sinal, a telefonia em tempo real. A minha filha, que cuida da pousada, foi durante doze horas de viagem negociando pacotes para a pousada. Aqui a gente sai de Campo Grande já não pega mais telefone. Uma vergonha. Nossa pousada, o senhor conhece, fica lá na foz do Apa, e lá nós temos de ter chips do Paraguai, da Tigo, para orientar o pescador, porque lá não pega Oi nem Vivo, está tudo morto. E isso não tem custo, é uma negociação tributária de incentivo fiscal (o Paulo Duarte conhece mais que ninguém) para o futuro. Portanto, cumprimento Vossa Senhoria e me coloco à sua disposição. Obrigado.

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, superintendente Bueno. Parabéns pela explanação, pelo trabalho da Polícia Rodoviária Federal no nosso Mato Grosso do Sul. Eu sou delegado de polícia aposentado, tive a oportunidade de trabalhar muitas vezes com a PRF e sei do

trabalho importante que vocês desenvolvem, e em todas as áreas, lógico que com destaque maior para o combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado — e você citou muito bem a questão da exploração sexual. Você citou o Cetran... pois eu tive a alegria, como presidente da Assomasul (talvez tenha sido o grande *start* para que o Cetran chegasse nos setenta e nove municípios), de levar a sede do Cetran para dentro da associação. A Regina é uma parceira dedicada, e ela sofria muito por não ter um local, um ambiente favorável para trabalhar a vinda de novos municípios. Fizemos então uma parceria, levamos o Cetran para lá, e aí fomos convencendo os demais prefeitos da importância da municipalização do trânsito — e hoje temos a alegria de ter todos os municípios com a municipalização, com o Cetran. Quanto à questão das rodovias, há um projeto nosso que está tramitando, claro que para rodovias estaduais, mas é um modelo que tem de ser seguido também nas federais; é uma lei que vai obrigar, de certa forma, que os próximos projetos de pavimentação de novas rodovias no estado tragam ao menos acostamento de revestimento primário, para que não seja mais feita pavimentação de rodovia sem ao menos o revestimento primário. O projeto está tramitando, custos estão sendo levantados, mas eu já tenho conhecimento de que compensa inclusive a pavimentação com pavimento inferior à rodovia, por exemplo com TSD (Tratamento Superficial Duplo) nas margens, nos acostamentos, o que majora, certo, em torno de 5% a 7% o custo da obra, mas que nem por isso inviabilizaria a aprovação do projeto. Estamos fazendo tramitar esse projeto com muito cuidado; em sendo aprovada, a partir da sanção, a lei tem um *vacatio legis* de seis meses. Então, concordo com você, é importante que as rodovias tenham uma qualidade, não só do leito trafegável mas também do acostamento, evitando-se assim trágicos acidentes, acidentes frontais, por falta da opção de desvio. Relativamente à telefonia móvel, estamos com um projeto junto à Claro (ainda era secretário de Governo quando tratamos disso). A Claro tem um contrato com o governo do estado, das antenas da Fertel, da TVE; e aí na MS-040 (é um plano-piloto) serão instalados cinco pontos de Wi-Fi para utilização gratuita ao longo de 220 quilômetros (daria em torno de 40 quilômetros de cobertura cada), de forma que o motorista tem como pedir uma ajuda em caso de acidente, de quebra do carro, etc. Como bem lembrou o Zeca, em muitos países é possível viajar e poder falar ao celular, e aqui realmente temos essa dificuldade. E por último eu quero perguntar... Para a base de Bataguassu da PRF, no KM 19 da BR-267 havia um projeto de cobertura; a placa foi colocada, depois isso foi cancelado, não aconteceu... Você sabe se isso foi suspenso, se vai voltar?

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Sim. O que aconteceu lá foi na verdade uma ventania que destelhou toda a unidade operacional. Lá funcionava, deputado, a Delegacia de Bataguassu, que foi extinta; hoje é um posto, e aí a verba que seria para a cobertura, nós tivemos de usá-la para a reconstrução do posto. Então não foi possível por conta desse desastre que acabou com a estrutura do posto de Bataguassu.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — E a delegacia foi para onde?

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Agora é Delegacia de Nova Alvorada: o Posto de Bataguassu faz parte da delegacia de Nova Alvorada.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Casa Verde também?

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Casa Verde também.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, Bueno, era isso. Mais uma vez parabéns e contem com a Assembleia como um todo, em especial com o deputado Caravina, nas questões da PRF.

SENHOR JOÃO PAULO PINHEIRO BUENO (superintendente da PRF/MS) — Muito obrigado. Só concluindo a minha fala, deputados, deputadas... A minha família é de Bela Vista, somos vizinhos ali, deputado Zeca, e esse problema que o senhor citou realmente existe, ali a gente não consegue falar mais; então é importante essa questão do investimento em telefonia móvel, como disse o deputado Caravina... Aliás a PRF possui torres de comunicação que podem servir de apoio, como uma espécie de roteador para os usuários da rodovia. Se houver porventura um acordo de cooperação técnica com o governo, quem sabe não conseguimos ofertar nossas torres também, seria mais uma alternativa para essa falta de comunicação. Com sua licença, presidente, eu gostaria de mais uma vez agradecer ao deputado Zeca do PT pela oportunidade. Deputado, eu preciso realmente da ajuda do senhor, da Assembleia Legislativa, estamos sempre lá em Brasília conversando com a Direção-Geral; estive agora no Ministério do Planejamento conversando com a ministra Simone Tebet; existem hoje cinco rotas em andamento no país, a nossa é a que está mais à frente, mais desenvolvida, a que talvez se torne até exemplo para as outras que virão. Então precisamos do apoio da Assembleia, precisamos dos senhores, o estado cresce demais mas precisa crescer com segurança. Finalizando, gostaria de agradecer à minha equipe que está aqui, que veio aqui me acompanhar, tomar um pouco do tempo dos senhores. A grande maioria do efetivo da PRF é do operacional: de seiscentos e trinta e sete, mais de quatrocentos ficam ali na pista. Temos também os policiais rodoviários que trabalham no administrativo, sem os quais a PRF também não funcionaria. Então, gostaria de agradecer à minha equipe... Obrigado, senhores, por estarem comigo, obrigado por dividirem comigo a gestão da Polícia Rodoviária. É isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Reaberta a sessão (11h30min). Mais uma vez agradecemos ao superintendente e à sua equipe pelo trabalho realizado pela PRF em Mato Grosso do Sul. Agradeço também ao senhor Carlos Alberto Prado, o Careca, vereador do município de Itaquiraí. Não havendo mais oradores inscritos nem mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão (11h31min).